

## FICHA DOUTRINÁRIA

Diploma: Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado

Artigo/Verba: Art.2º - Incidência subjectiva.

Assunto: Inversão do Sujeito Passivo - Montagem de um sistema de rega gota a gota a realizar a

uma empresa agrícola na sua produção agrícola

Processo: 26705, com despacho de 2024-09-27, do Diretor de Serviços da DSIVA, por

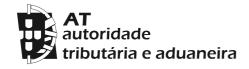
subdelegação

Conteúdo: I - Do Pedido

1. A Requerente apresentou um pedido de informação vinculativa, ao abrigo do disposto no artigo 68.º, n.º 1 da Lei Geral Tributária, no qual solicita informação sobre se numa montagem de um sistema de rega gota a gota a realizar a uma empresa agrícola na sua produção agrícola, na emissão da fatura que titula a operação deverá aplicar a regra de inversão ou, ao invés, aplicar a regra geral e liquidar IVA.

- II Do Enquadramento Jurídico-Tributário
- 2. Em sede de Imposto sobre o Valor Acrescentado, a Requerente está enquadrada no regime normal de periodicidade mensal registada para o exercício das atividades, principal "Construção de Edifícios (Residenciais e não Residenciais)" CAE 41200 e das seguintes atividades secundárias:
- "Atividades dos Serviços Relacionados com a Agricultura" CAE (1) 001610;
- "Instalação de Canalizações" CAE (2) 043221;
- "Instalação de Climatização" CAE (3) 043222;
- "Instalação Elétrica" CAE (4) 043210; e,
- "Outras Instalações em Construções" CAE (5) 043290.
- 3. Atendendo à questão colocada, a alínea j) do n.º 1 do artigo 2.º do Código do IVA (CIVA), refere que são sujeitos passivos do imposto as " pessoas singulares ou coletivas [] que disponham de sede, estabelecimento estável ou domicílio em território nacional e que pratiquem operações que confiram o direito à dedução total ou parcial do imposto, quando sejam adquirentes de serviços de construção civil, incluindo a remodelação, reparação, manutenção, conservação e demolição de bens imóveis, em regime de empreitada ou subempreitada."
- 4. Esta norma consagra uma inversão do mecanismo geral de funcionamento do IVA, uma vez que o imposto é autoliquidado pelo cliente/adquirente, e não por quem presta os serviços, como, por regra, se verifica na generalidade das operações sujeitas ao imposto.
- 5. Deste modo, as faturas emitidas pelos prestadores dos referidos serviços deverão conter, nos termos do n.º 13 do artigo 36.º do CIVA, a expressão "IVA autoliquidação". O IVA devido pelo adquirente deve ser liquidado na própria fatura recebida do prestador ou em documento interno que, para o efeito, deverá fazer menção da fatura original (n.º, data e identificação do prestador).
- 6. Note-se que, no caso de não recebimento da fatura, subsiste a obrigação de autoliquidação do imposto, a realizar em documento interno e permanece o direito à

Processo: 26705



## INFORMAÇÃO VINCULATIVA

2

dedução nos termos gerais do código.

- 7. Sobre esta matéria foi emitido em 2007/05/24 pela Direção de Serviços do IVA, o oficio circulado n.º 30101(1) , com esclarecimentos sobre a aplicação da alínea j) do n.º 1 do artigo 2.º do CIVA.
- 8. Neste sentido, o ponto 1.2 vem clarificar que, para que haja inversão do sujeito passivo, é necessário que, cumulativamente:
  - a) se esteja na presença de aquisição de serviços de construção civil; e,
- b) o adquirente seja sujeito passivo do IVA em Portugal e aqui pratique operações que confiram, total ou parcialmente, o direito à dedução do IVA.
- Assim, se determinada operação reunir as referidas condições, é sempre obrigatório observar o disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 2.º do CIVA [Inversão do sujeito passivo].
- 9. Ademais, a norma em causa é abrangente, uma vez que nela são incluídos todos os serviços de construção civil, i. e., todos aqueles que tenham por objeto a realização de uma obra, englobando todo o conjunto de atos necessários à sua concretização e a sua aplicação não fica condicionada à verificação das condições previstas no Decreto-Lei nº 12/2004, de 9 de janeiro, nomeadamente à necessidade de possuir "Alvará" ou "Título de Registo" ou a quaisquer outras condições nele exigidas [cfr. ponto 1.3].
- 10. Por fim, encontram-se ainda em anexo ao supracitado oficio circulado as Listas exemplificativas, e não taxativas, dos serviços aos quais se aplica a inversão do sujeito passivo [Lista I] e dos serviços aos quais aquela regra não é aplicável [Lista II].
- III Da análise e Conclusão
- 11. Em resposta ao pedido de informação apresentado, considerando o anteriormente exposto, afigura-se-nos que as operações de montagem de um sistema de rega gota a gota, encontram-se abrangidas pelo conceito de serviços de construção civil atendendo aos diversos serviços elencados na Lista I anexa ao oficio circulado n.º 30101 de 2007/05/24, nomeadamente considerando o item que refere "Construção de redes de rega" e no qual nos parecem ser enquadráveis aquelas operações.
- 12. Deste modo, a montagem de um sistema de rega gota a gota, sendo prestações de serviços de construção civil, é abrangida pela regra de inversão prevista no artigo 2.°, n.º 1, alínea j) do CIVA, desde que, o adquirente seja sujeito passivo do IVA em Portugal e aqui pratique operações que confiram, total ou parcialmente, o direito à dedução do IVA.
- 13. Assim, desde que verificadas as condições identificadas no parágrafo anterior, as correspondentes faturas devem ser emitidas sem a liquidação de IVA, e conter a expressão "IVA autoliquidação", nos termos do n° 13. do artigo 36. ° do referido CIVA.

Nota (1) - Disponível no portal das finanças - www.portaldasfinancas.gov.pt

Processo: 26705